

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 824296 - RJ (2015/0305496-8)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : PROVAR NEGÓCIOS DE VAREJO LTDA**  
**ADVOGADO : LEO KRAKOWIAK - RJ002301A**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

## EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. CONCEITO DE RECEITA E FATURAMENTO. PRECEDENTES DO STF. ALCANCE DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RE 566.621. AUSÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO.**

1. A falta de argumentação ou sua deficiência implica não conhecimento do recurso especial quanto à questão deduzida, pois não permite a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula 284/STF.

2. Quanto ao art. 97 do CTN, a jurisprudência desta Corte entende ser vedado o exame de eventual ofensa ao referido normativo na via do Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte, tendo em vista que o dispositivo reproduz o Princípio Constitucional da Legalidade Tributária, versando sobre matéria de natureza eminentemente constitucional (AgInt no REsp 1.396.108/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 27/2/2018, DJe 12/3/2018; AgInt no REsp 1.446.072/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/9/2018, DJe 26/9/2018).

3. *In casu*, a controvérsia relativa à definição dos contornos dos conceitos constitucionais de receita ou faturamento foi dirimida com fundamento constitucional, especificamente com base no art. 195, I, *b*, da Constituição Federal, bem como nos precedentes e entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema (RE 346.084, ADC 1-1/DF), de modo que o recurso especial é inviável, quanto ao ponto, sob pena de usurpar-se a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno não provido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves  
Relator

